

Festa na cultura e nas artes

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

O Brasil comemora em 5 de novembro o Dia Nacional da Cultura. É uma nova oportunidade para reconhecermos e celebrarmos a riqueza e a diversidade que caracterizam a nossa cultura. Por esse motivo, o Ministério da Cultura quer que a sua principal atividade, nesse dia, seja dedicada a homenagear o centenário da morte do gênio de quem o grande Verdi, após assistir à estréia de sua obra mais conhecida, disse ser ele um provável continuador seu: Antônio Carlos Gomes.

Reconhecer em Carlos Gomes a genialidade de sua contribuição ao patrimônio musical da Humanidade é um modo, também, de o Ministério da Cultura reconhecer — em nome do Governo federal e de toda a sociedade — o talento, a criatividade e a capacidade de inovação dos artistas de todas as áreas da cultura brasileira. Aliás, esse é o ponto em que quaisquer diferenças entre cultura erudita e cultura popular desaparecem para dar lugar a um patrimônio comum e universal.

Por essa razão, outro aspecto central da celebração oficial do Dia Nacional da Cultura será a entrega, pela segunda vez consecutiva desde o início do Governo de FH, do Prêmio Ministério da Cultura a sete artistas individuais e a um grupo (das artes cênicas, da música, da literatura, do cinema e audiovisual, das artes plásticas, do patrimônio e memória, e da cultura popular) que, consagrados por sua obra e por sua inventividade, foram escolhidos por uma comissão de premiação especialmente designada pelo ministro Francisco Weffort.

Para se ter idéia da importância que esse prêmio pode vir a ter na vida cultural brasileira, é preciso lembrar os nomes dos premiados de 1995, ocorrida durante a realização do Encontro da Cultura Brasileira: Plínio Marcos, Dorival Caymmi, Hector Babenco, Dias Gomes, Tomie Otake, João Cabral de Melo Neto, Darcy Ribeiro, Eva Sofher, Patativa do Assaré e o Grupo Corpo — um notável conjunto de artistas que honram e exemplificam a diversidade e a riqueza da cultura brasileira.

Por certo o Prêmio Ministério da Cultura ainda não é nenhum Oscar, mas ele representa, para além do reconhecimento público do talento e da criatividade de nossos artistas, uma clara demonstração de que o Governo federal deseja efetivamente valorizar o seu lugar em nosso desenvolvimento e, mais ainda, estimular a sociedade a recompensar adequadamente os profissionais indispensáveis que eles são, isto é, os profissionais que nos abrem as portas para o mundo dos sonhos, da beleza e da utopia — importantes dimensões da realização de nossa Humanidade. É por isso que, finalmente, o prêmio se traduz em um cheque de R\$ 25 mil para cada premiado.

Mas a celebração do Dia da Cultura estaria incompleta se parasse por aí. Em cerimônia presidida pelo próprio presidente da República, ela ainda envolve outro reconhecimento por parte do Governo federal: desta vez trata-se de homenagear aqueles que, mesmo sem serem artistas em sentido estrito, contribuem ativamente para a organização e o desenvolvimento da cultura, tanto por sua liderança como por seu apoio financeiro, estimulando ou apoiando a continuidade de iniciativas artísticas que, de outra forma, poderiam simplesmente não existir ou mesmo desaparecer.

Com efeito, inspirando-se em uma comenda existente no Segundo Império, o ministro Francisco Weffort propôs ao presidente Fernando Henrique o restabelecimento da Ordem do Mérito Cultural que, como já aconteceu em 1995, dará reconhecimento público, também, aos esforços dos grandes amigos da cultura, isto é, a personalidade que, somando às suas atividades profissionais a ação de apoio à cultura, dão uma contribuição tão importante quanto a própria criação artística.

Portanto, as razões para que o Dia da Cultura seja um dia de festa, para artistas e para toda a sociedade, são muitas e marcam uma nova atitude do Governo federal em face da área. Mas, neste ano, ainda há outro motivo para festejar. É que o Congresso Nacional acaba de aprovar um projeto de autoria do deputado Ubiratan Aguiar, do PSDB do Ceará, pelo qual o Fundo Nacional da Cultura — um dos mecanismos oficiais de apoio a projetos culturais a fundo perdido — passa a receber, além do atual 1% da arrecadação das loterias federais, 1% também da arrecadação bruta de todos os concursos de prognósticos existentes no país e autorizados pelo Governo federal.

A decisão representa a possibilidade real de o Fundo Nacional da Cultura cumprir a sua missão, isto é, apoiar e fomentar os projetos culturais do interior do país, dos estados e de órgãos federais, como museus e bibliotecas, cujos orçamentos são sempre muito pequenos. Desde a sua criação, a partir de 1992, o FNC tem tido orçamentos anuais insuficientes para fazer frente à crescente demanda que recebe. Os recursos disponíveis não têm ultrapassado a 5% ou 6% do valor global demandado, somente tendo chegado perto de 10% em 1996, quando o Ministério da Cultura dobrou o seu orçamento.

Estima-se, agora, que com a nova lei os recursos do FNC possam multiplicar-se por três ou quatro vezes, dando origem a um verdadeiro fundo de apoio à cultura. Junto com a reforma da Lei Rouanet, iniciada em 1995 — e que já ensejou um crescimento de quatro vezes na captação de recursos privados em apoio à cultura — a decisão ajudará a colocar, finalmente, a cultura no centro do desenvolvimento do país, como há muito desejado por artistas e pela própria sociedade. É um excelente motivo para celebrarmos o Dia Nacional da Cultura.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS é secretário nacional de Apoio à Cultura e professor associado de ciência política da USP.